

IPECE Informe

Nº 232 – Agosto/2023

Gravidez na Adolescência no Ceará. Análise dos dados do SINASC.



CEARÁ
GOVERNO DO ESTADO
SECRETARIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO

Governador do Estado do Ceará

Elmano de Freitas da Costa

Vice-Governadora do Estado do Ceará

Jade Afonso Romero

Secretaria do Planejamento e Gestão – SEPLAG

Sandra Maria Olimpio Machado – Secretária

Auler Gomes de Sousa – Secretário Executivo de Gestão e Governo Digital

Naiana Corrêa Lima Peixoto - Secretária Executiva de Planejamento e Orçamento

Raimundo Avilton Meneses Júnior - Secretário Executivo de Planejamento e Gestão Interna

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE

Diretor Geral

Alfredo José Pessoa de Oliveira

Diretoria de Estudos Econômicos – DIEC

Ricardo Antônio de Castro Pereira

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

José Meneleu Neto

Diretoria de Estudos de Gestão Pública – DIGEP

José Fábio Bezerra Montenegro

Gerência de Estatística, Geografia e Informações – GEGIN

Rafaela Martins Leite Monteiro

IPECE Informe – Nº 232 – Agosto/2023

DIRETORIA RESPONSÁVEL:

Diretoria de Estudos Sociais – DISOC

Elaboração:

Victor Hugo de Oliveira (Analista de Políticas Públicas)

Colaboração:

Rayén Heredia Peñalosa (Apoio Técnico)

O Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) é uma autarquia vinculada à Secretaria do Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Fundado em 14 de abril de 2003, o IPECE é o órgão do Governo responsável pela geração de estudos, pesquisas e informações socioeconômicas e geográficas que permitem a avaliação de programas e a elaboração de estratégias e políticas públicas para o desenvolvimento do Estado do Ceará.

Missão: Gerar e disseminar conhecimento e informações, subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas e assessorar o Governo nas decisões estratégicas, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do Ceará.

Valores: Ética, transparência e impessoalidade; Autonomia Técnica; Rigor científico; Competência e comprometimento profissional; Cooperação interinstitucional; Compromisso com a sociedade; e Senso de equipe e valorização do ser humano.

Visão: Até 2025, ser uma instituição moderna e inovadora que tenha fortalecida sua contribuição nas decisões estratégicas do Governo.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE)
Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima, s/n | Edifício SEPLAG | Térreo
Cambéba | Cep: 60.822-325 |
Fortaleza, Ceará, Brasil | Telefone: (85) 3101-3521
www.ipece.ce.gov.br

Sobre o IPECE Informe

A Série **IPECE Informe**, disponibilizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), visa divulgar análises técnicas sobre temas relevantes de forma objetiva. Com esse documento, o Instituto busca promover debates sobre assuntos de interesse da sociedade, de um modo geral, abrindo espaço para realização de futuros estudos.

Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará – IPECE 2023

IPECE informe / Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE) / Fortaleza – Ceará: Ipece, 2023

ISSN: 2594-8717

1. Economia Brasileira. 2. Economia Cearense. 3. Aspectos Econômicos. 4. Aspectos Sociais. 5. Mercado de Trabalho.

Nesta Edição

Este estudo objetiva fornecer um panorama a respeito do fenômeno da gravidez na adolescência (15 a 19 anos) no Ceará. A análise dos dados do Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC) do Ministério da Saúde, permite nortear formuladores de políticas públicas das meninas em situação de maior vulnerabilidade quanto à nível de escolaridade, raça/cor e número de gestações anteriores.

Em 2022, as mães adolescentes no Ceará somavam 13.433. Destas, 80% não apresentava o ensino médio completo, ou nem sequer havia chegado a ingressar no mesmo.

Este estudo também mostra a expressiva disparidade racial presente na gravidez na adolescência no Ceará, dado que, em 2021, desconsiderando as mães cuja raça/cor não foi identificada, 92% dos N.V (12.393) eram de mães negras.

Também se mostra expressivo, a reincidência da gravidez na adolescência entre mulheres negras. Em 2021, 507 foram os nascidos vivos entre mães negras que já haviam tido outra gestação.

Assim, políticas direcionadas para acesso e garantia dos direitos à saúde sexual e reprodutiva, bem como a equidade do acesso, devem ser priorizadas.

1. Introdução

A gravidez na adolescência consiste em um fenômeno que vai muito além de uma urgência de saúde pública, em termos de saúde sexual e reprodutiva. Mães adolescentes, e até mesmo os pais, são impactados em seus rendimentos escolares, tanto durante a gestação, quanto a posteriori, por necessidade de cuidar da criança. Estes se vem obrigados a ingressar mais cedo no mercado de trabalho para arcar com os custos que a maternidade traz e, como consequência, muitas mães acabam evadindo a escola, demorando a retornar, quando retornam (UNFPA,2022).

Tal questão coloca a mãe adolescente, o recém-nascido e o pai da criança, em uma posição de maior vulnerabilidade quanto a riscos sociais. Além disso, em termos de saúde pública, a gravidez acaba por impactar nos resultados de saúde da menina. De maneira mais agravante, mães adolescentes apresentam maiores riscos de sofrerem com complicações antes, durante e após o parto, tais como eclampsia, infecções sistêmicas, endometrite pós-parto, aumentando seus riscos de mortalidade materna. Além disso, também aumentam os riscos para a criança, pois aumentam as chances desta nascer abaixo do peso e apresentar complicações neonatais (OMS,2004).

A disparidade racial presente em tal fenômeno, é destacada também pela OMS (2004) como uma questão latente ao redor no do mundo. Mães adolescentes negras são a grande maioria entre este público em questão, quando comparado a mães brancas e, por conseguinte, tendem a ser uma população de maior exposição à vulnerabilidade que incorre este fenômeno.

Diante disto, este estudo se propõe a traçar um quadro da gravidez na adolescência no Ceará, a fim de poder auxiliar no direcionamento de formulação de programas e políticas públicas que possam amparar estas mães. Para tanto, utilizam-se os dados (agregados e microdados) do Sistema Informações sobre Nascidos Vivos – SINASC e analisam-se os Nascidos Vivos (N.V) de mães, cuja faixa etária corresponde entre 15 e 19 anos. Considerando o período de 2019 a 2021, analisam-se indicadores relativos à cor/raça da mãe, bem como sua escolaridade e número de gestações anteriores.

2. Nascidos Vivos de Mães entre 15 e 19 anos

A Tabela 1 a seguir mostra o número de Nascidos Vivos de mães adolescentes (15 a 19 anos) por nível de escolaridade. Considerando o período de 2019 a 2022, a maior concentração de nascidos vivos de mães adolescentes, corresponde àquelas cujo grau de escolaridade mais elevado atingido equivale ao ensino fundamental completo.¹ Isto é, entre as mães adolescentes no Ceará, a maioria não

¹ Para o ano de 2022, os dados foram retirados da Secretaria de Saúde- SESA do estado, uma vez que para este ano os dados ainda não se encontram consolidados pelo DATASUS.

chega a ingressar no ensino médio, ou completar o mesmo, antes de terem seus filhos. Em 2019, de 18.731 nascidos vivos, 71% (13.279) correspondiam a mães cujo maior nível de escolaridade correspondia a ensino fundamental completo. Por outro lado, considerando que, em 2022, houve uma redução de 28% destes nascidos vivos (em comparação com 2019), esta proporção de mães adolescentes, com tal nível de escolaridade, passou representar quase 80% (10.647) dos 13.433 N.Vs, em 2022.

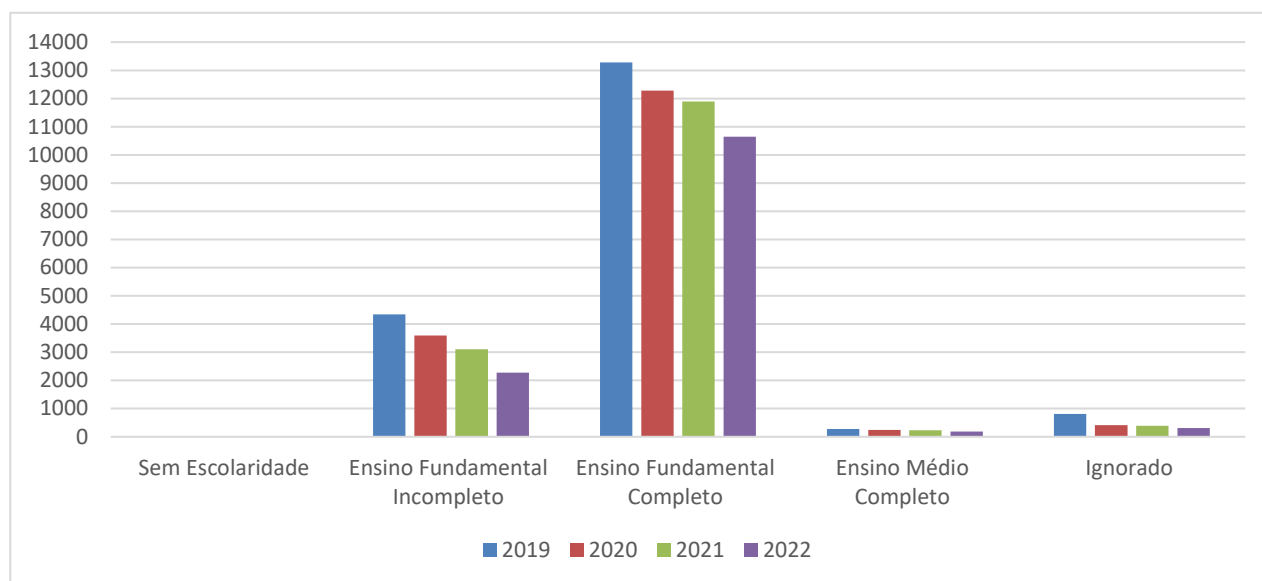
Tabela 1: Nascidos Vivos de Mães adolescentes (15 a 19 anos) por nível de escolaridade – Ceará – 2019 a 2022.

Ano do Nascimento	Sem Escolaridade	Ensino Fundamental Incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Ignorado	Total
2019	27	4339	13279	278	808	18731
2020	19	3590	12284	243	410	16546
2021	14	3106	11892	231	385	15628
2022	14	2271	10647	186	315	13433
Total	74	13306	48102	938	1918	64338

Fonte: MS/SVS/DASIS/ DATASUS/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Elaboração: IPECE.

Deve-se, no entanto, ressaltar que, apesar de serem a minoria das mães entre 15 e 19 anos, aquelas que não possuem nenhuma escolaridade são de extrema vulnerabilidade, dado que estas, além de se encontrarem sem frequentar a escola, provavelmente possuem postos de trabalho precários com baixo nível de renda quando comparadas aos seus pares, ou até mesmo encontram-se desocupadas (OMS, 2004). Necessitando, portanto, de maior atenção e amparo por parte do Estado. Entre estas mães, em 2019, eram 27 nascidos vivos e, em 2022 passaram a ser apenas 14 N.Vs, indicando, portanto, uma redução destas mães em situação de maior vulnerabilidade.

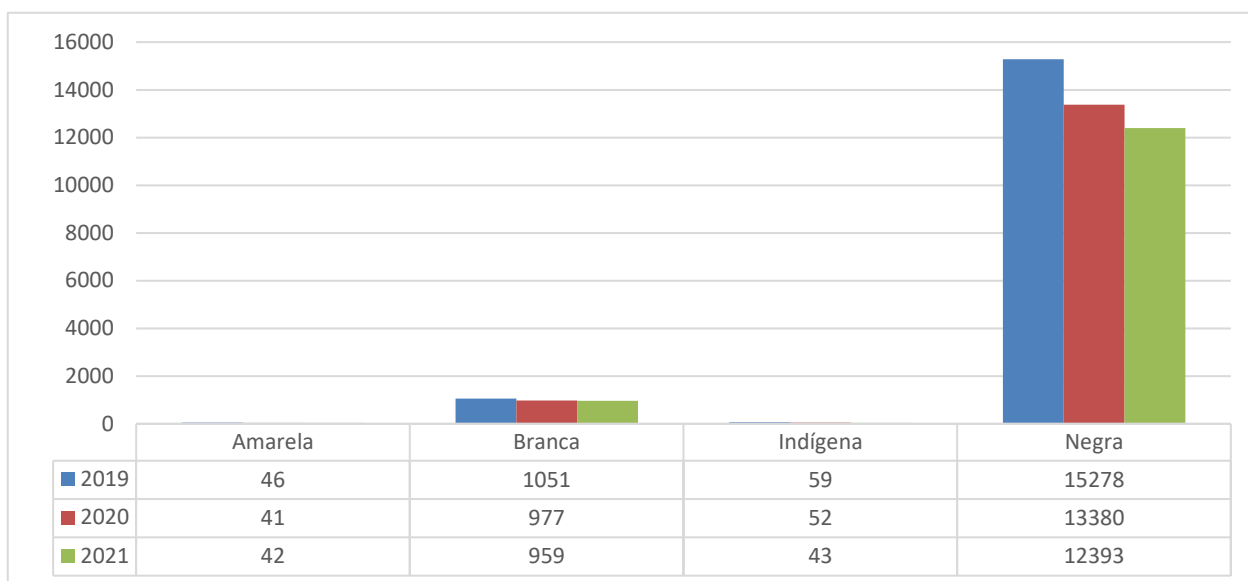
O Gráfico 1 ilustra esta diferença expressiva entre os níveis de escolaridade de mães adolescentes. Ao mesmo tempo que também mostra-se expressivo a redução de nascidos vivos entre estas mães, principalmente entre aquelas mães cujo grau de escolaridade corresponde ao ensino fundamental incompleto e o completo.

Gráfico 1: Nascidos Vivos de mães adolescentes (15 a 19 anos) por nível de escolaridade – Ceará – 2019 a 2023.

Fonte: MS/ SVS/DASIS DATASUS/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Elaboração: IPECE.

Ao analisar os nascidos vivos por cor/raça da mãe, o Gráfico 2 explicita a disparidade racial de tal fenômeno presente no estado. Isto é, desconsiderando aquelas mães cuja raça/cor não foi informada, mais de 92% (12.393) dos N.Vs de mães adolescentes correspondiam a mães negras (pretas e pardas), em 2021. Portanto, dado que, no mesmo ano, 959 dos N.V foram de mães brancas, é observada uma diferença de 1.192% entre N.Vs de mães negras e mães brancas. Adicionalmente, em 2021, os nascidos vivos de mães amarelas e indígenas somavam menos de 90.

Por outro lado, em termos de variação, entre 2019 (período pré-pandemia) e 2021 (período de pandemia), apesar de ser observada a maior proporção de N.Vs de mães negras, entre estas também foi observada a maior redução (de -19%). Enquanto isso, entre mães brancas, a redução observada foi de -9% durante o mesmo período.

Gráfico 2: Nascidos Vivos de acordo com cor/raça de mães adolescentes (15 a 19 anos) – Ceará – 2019 a 2021.

Fonte: MS/ SVS/DASIS DATASUS/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Elaboração: IPECE.

Através dos dados do SINASC, também é possível observar uma maior concentração dos nascidos vivos de mães negras que possuíam apenas o ensino fundamental completo (o que corresponde entre 8 e 11 anos de estudo). Assim, em 2021, somavam 9.589 os N.Vs de mães negras, que possuíam apenas o ensino fundamental completo (ver Tabela 2).² Para este mesmo nível de escolaridade entre mães brancas, estas correspondiam a 785 N.Vs. Ressalta-se aqui a vulnerabilidade de mães negras adolescentes, uma vez que o total de N.Vs de mães negras com tal nível de escolaridade representa 73% do total de N.Vs, em 2021, conforme raça e nível de escolaridade (exclusive os ignorados). As mães brancas deste mesmo grupo representam apenas 6% dos N.Vs. Entre mães sem escolaridade, foram observadas somente N.V de mães negras (5 N.Vs).

Tabela 2: Nascidos Vivos de Mães adolescentes por raça/cor e escolaridade – Ceará - 2021

	Fundamental Completo	Fundamental Incompleto	Médio Completo	Sem Escolaridade	Total
Amarela	31	8	2	0	41
Branca	785	126	36	0	947
Indígena	33	10	0	0	43
Negra	9589	2322	141	5	12057
Total	10438	2466	179	5	13088

Fonte: MS/ SVS/DASIS DATASUS/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Elaboração: IPECE.

² Aqui também desconsiderando aquelas mães que, tanto a raça, quanto o nível de escolaridade, foi dado como Ignorado.

A Tabela 3 a seguir expressa o número absoluto de N.Vs de mães que tiveram gestações anteriores ao nascimento da criança, de acordo com a cor/raça, para o ano de 2021. Novamente, é possível observar que a maior intensidade deste fenômeno também se encontra concentrada entre adolescentes negras.

Em 2021, 2.658 meninas negras tiveram seus filhos após haverem passado por uma gestação prévia. Isto é, 23% das mães negras em 2021, já haviam passado por uma gestação anteriormente. De maneira mais agravante, entre este mesmo grupo étnico/racial, 507 foram aquelas mães que já tiveram duas gestações anteriores (4% do total de mães negras de 2021). E 101 (1%) mães negras tiveram três gestações, ou mais, anteriores ao filho nascido em 2021.

Em um cenário distinto, as mães brancas que não tiveram gestações anteriores somam 715 meninas (79% das mães brancas), enquanto aquelas que já tiveram uma gestação, somam 156 (17% destas mães em 2021). As que tiveram duas, ou mais, somam 33 meninas (menos de 4%), entre 15 e 19 anos.

Quanto às mães indígenas ou asiáticas, estas seguem representando a minoria também nesta questão. Aquelas mães dessa classificação étnico/racial que já tiveram um ou duas gestações, totalizam 24 meninas mães adolescentes.

Tabela 3: Nascidos vivos por número de gestações anteriores da mãe (15 a 19 anos) – 2021.

Nº de Gestações Anteriores	Amarela	Branca	Indígena	Negra	Total
Nenhuma	29	715	27	8523	9294
Uma Gestação	7	156	11	2658	2832
Duas Gestações	5	32	1	507	545
Três ou mais	1	1	0	101	103
Total	42	904	39	11789	12774

Fonte: MS/ SVS/DASIS DATASUS/Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos. Elaboração: IPECE.

3. Conclusão

Através da breve análise dos dados disponíveis do SINASC, este estudo aponta para o fato de que a gravidez na adolescência no Ceará persiste como um fenômeno que deve ser prioridade entre as pautas de políticas públicas do Estado.

Entre o período de 2019 a 2022, apesar da redução de 28% de nascidos vivos de mães adolescentes, apenas em 2022, ainda foram 13.433 nascidos vivos de mães cearenses entre 15 e 19 anos. Destes, quase 80% (10.647 N.V) foram de mães que não chegaram a completar o ensino médio, ou nem sequer ingressaram no mesmo.

Além de preocupante em termos absolutos, a gravidez na adolescência no Ceará também tem se mostrado como um fenômeno de grande disparidade racial, dado que ainda em 2021, mais de 92% (12.393) dos nascidos vivos correspondiam a mães negras. Este cenário é completamente diferente para mães adolescentes brancas, onde 959 N.Vs correspondiam a mães dessa classificação étnico/racial.

Quando observado por nível de escolaridade e número de gestações anteriores ao nascimento da criança, esta disparidade é ainda mais expressiva. Também em 2021, entre aquelas mães adolescentes que não haviam chegado ao ensino médio, 9.589 dos Nascidos Vivos eram de mães negras (o equivalente a 73% do total de mães adolescentes). Em termos de gestações prévias, 2.658 meninas negras tiveram seus filhos no mesmo ano, após haverem passado por uma gestação prévia, o que representa mais de 23% do total destas mães negras, em 2021. Entre este mesmo grupo étnico/racial, 507 foram aquelas mães que já tiveram duas gestações prévias e 101 mães que tiveram três gestações ou mais anteriores.

O cenário, apresentado por este informe aponta para a urgência de políticas públicas preventivas e de conscientização sobre o tema voltadas para adolescentes, especialmente para mães negras que tendem a apresentar escolaridade incompleta e múltiplas gestações. No tocante às políticas preventivas, deve-se buscar prevenir a gravidez precoce, garantir o planejamento familiar e a equidade no acesso e direitos à saúde sexual e reprodutiva. Já em relação às políticas de resposta ao fenômeno da gravidez na adolescência, é importante assegurar o retorno das mães à escola e creche para os recém-nascidos. Deve-se priorizar também o acesso das mães adolescentes ao programas assistenciais do governo do estado tais como Cartão Mais Infância e Vale-gás Social, bem como programas do governo federal.

Portanto, garantir que meninas, independente de suas etnias/raças, em situação de vulnerabilidade tenham direito ao planejamento familiar, assim como o acesso à informação sobre saúde sexual e reprodutiva, garantindo seus direitos e acesso à serviços de saúde de qualidade são pontos chaves para a melhorar deste cenário. Assim, é possível contribuir para questões como a redução da pobreza, a melhoria da saúde materna, redução de abortos inseguros e redução dos riscos de mortalidade nesta faixa etária (UNFPA,2022).

4. Referências Bibliográficas

WORLD HEALTH ORGANIZATION et al. Adolescent pregnancy. Issues in Adolescent Health and Development 2004.

UNITED NATIONS POPULATION (UNFPA) et al. Situação da População Mundial 2022. Vendo o Invisível. Em Defesa da Ação na negligenciada Crise da Gravidez não intencional. 2022.

BRASIL.MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde sexual e saúde reprodutiva / Caderno de Atenção Básica. – 1. Ed., – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.